



TRIBUNAL DE CONTAS
DO
ESTADO DE RONDÔNIA

SGCE

Secretaria Geral de
Controle Externo

Acompanhamento
da Receita
2024

RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCESSO: 01181/24

RELATOR: CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

PROCESSO Nº	01181/2024-TCE-RO
JURISDICIONADO:	Governo do Estado de Rondônia
SUBCATEGORIA:	Acompanhamento da Receita Estadual
ASSUNTO:	Acompanhamento da arrecadação da receita estadual realizada no mês de abril de 2024 e apuração do montante dos repasses duodecimais a serem efetuados até o dia 20 de maio de 2024, destinados ao Tribunal de Justiça, à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Estado de Rondônia.
RESPONSÁVEIS:	Marcos José Rocha dos Santos – Governador do Estado de Rondônia Jurandir Cláudio D’adda – Contador Geral do Estado de Rondônia Luís Fernando Pereira da Silva – Secretário de Finanças do Estado de Rondônia
RELATOR:	Conselheiro Paulo Curi Neto

1 INTRODUÇÃO

1. Trata-se do acompanhamento da receita estadual arrecadada no mês de abril de 2024 e apuração do montante dos repasses duodecimais a serem efetuados até o dia 20 de maio de 2024, destinados ao Tribunal de Justiça, à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, em cumprimento às disposições constitucionais e legais.

2. Em observância ao disposto no art. 7º, §2º, da Lei n. 5.584/2023 (LDO 2023) c/c o art. 1º da Instrução Normativa n. 48/2016/TCE-RO, no dia 08/05/2024, o Poder Executivo, por meio do Ofício nº 1791/2024/COGES-CCB, da Contabilidade Geral do Estado - COGES, informou o montante da receita realizada no mês de abril de 2024, conforme Documento PCe n. 02633/24 (ID 1567814).

3. O objetivo do presente relatório consiste em apurar os valores dos repasses duodecimais a serem efetuados pelo Poder Executivo aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública, com base nas informações sobre arrecadação de recursos ordinários (Fonte/Destinação 00), encaminhadas pela Contabilidade Geral do Estado, relativo à arrecadação de recursos ordinários, referente ao período de 01 a 30 de abril de 2024.

4. As informações apresentadas por meio do demonstrativo do montante da receita realizada especificado pela Fonte/Destinação – recursos ordinários, acompanhado dos documentos comprobatórios, está em consonância com o disposto no art. 7º, §2º, da LDO 2024¹ sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN.

5. O demonstrativo encaminhado² evidencia a arrecadação, do mês de abril, no montante de R\$ 809.253.134,06 (oitocentos e nove milhões, duzentos e cinquenta e três mil, cento e trinta e quatro reais e seis centavos).

1.1 Critérios e metodologia

6. A Constituição Estadual, em consonância com um dos princípios fundamentais da República, a independência e harmonia dos poderes, estabelece autonomia administrativa e financeira aos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública, denominados órgãos autônomos em razão de suas singularidades.

7. Neste sentido, a lei de diretrizes orçamentárias regente do exercício de 2024³, Lei n. 5.584 de 31 de julho de 2023, estabelece no art. 7º que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública do Estado, elaborarão suas respectivas propostas orçamentárias para o exercício de financeiro de 2024, tendo como parâmetro para a fixação das despesas na Fonte/Destinação 500 – Recursos Ordinários e 501 – Recursos não Vinculados, o valor referente ao seu percentual de participação sobre a receita da mesma fonte estimada para o exercício de 2024.

¹ Lei n. 5.584, de 31 de julho de 2023.

² Por meio do Ofício nº 1791/2024/COGES-CCB - receita realizada no mês de abril de 2024, conforme Documento PCe n. 02633/24 – ID 1567814.

³ <https://www.sepog.ro.gov.br/Conteudos/1518/lei-n-%C2%B0-5-584-de-31-de-julho-de-2023-ldo-2024>

8. Desse modo, os percentuais que foram estabelecidos no §2º do art. 7º da LDO 2024 foram os seguintes:

- I – Para a Assembleia Legislativa: 4,77% (quatro inteiros e setenta e sete centésimos por cento);
- II – Para o Poder Executivo: 74,95% (setenta e quatro inteiros e noventa e cinco centésimos por cento);
- III – Para o Poder Judiciário: 11,29% (onze inteiros e vinte e nove centésimos por cento);
- IV – Para o Ministério Público: 4,98% (quatro inteiros e noventa e oito centésimos por cento);
- V – Para o Tribunal de Contas: 2,54% (dois inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento); e
- VI – Para a Defensoria Pública: 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento).

9. Em relação à receita realizada por Fonte, observa-se que a metodologia preconizada pela LDO para distribuição de recursos, está em consonância com os conceitos de classificação orçamentária por fonte/destinações de recursos, constante no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP:

A classificação orçamentária por fontes/destinações de recursos tem como objetivo identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos. As fontes/destinações de recursos reúnem certas Naturezas de Receita conforme regras previamente estabelecidas. Por meio do orçamento público, essas fontes/destinações são associadas a determinadas despesas de forma a evidenciar os meios para atingir os objetivos públicos.

10. Esse mecanismo, por fonte/destinação, é obrigatório por força do disposto no art. 8º, parágrafo único, e art. 50, inciso I, da Lei Complementar Federal n. 101/2000:

Art. 8º [...]

Parágrafo único. Os recursos **legalmente** vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I – a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada; (grifo nosso).

11. Consoante ao disposto no MCASP, a destinação ordinária é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos para atender a quaisquer finalidades. De outro modo, a criação de vinculações para as receitas deve ser pautada em mandamentos legais que regulamentam a aplicação de recursos, seja para funções essenciais, seja para entes, órgãos, entidades e fundos.

1.2 Tipo de Asseguração

12. Visando obter uma segurança, ainda que limitada, sobre a confiabilidade e a integralidade das informações referentes à arrecadação da receita dos recursos não vinculados

(base de cálculo para apuração dos duodécimos), foram executados procedimentos de revisão analítica e exame de evidências da execução de atividades de reconciliação bancária.

13. Assim, mediante o exame da documentação comprobatória carreada nos autos e aplicação de procedimentos analíticos sobre o demonstrativo contábil encaminhado, busca-se assegurar, de forma limitada, que o demonstrativo apresentado representa adequadamente os valores arrecadados no período de referência.

14. Destaca-se que os procedimentos executados se basearam na compreensão dos aspectos relativos ao processo de contabilização da receita orçamentária, de acordo com a classificação por fonte/destinação de recursos, consideração sobre riscos de existência de distorções relevantes e análises dos registros contábeis.

2. DA ANÁLISE TÉCNICA DA RECEITA

15. Compulsando-se os autos, verifica-se que a COGES e a SEFIN apresentaram os documentos para comprovação dos valores - registros contábeis da arrecadação, extratos bancários, conciliações contábeis e notas explicativas (Documentos PCe n. 02632/24⁴ e 02633/24⁵). Assim, os procedimentos a serem observados na análise técnica compreende as seguintes etapas.

- a) Exame dos documentos comprobatórios encaminhados pela SEFIN-RO e COGES/RO – documentos PCe n. 02632/24 e 02633/24, os quais compõe estes autos, quais sejam: Ofício nº 3988/2024/SEFIN-ASTEC, Notas Explicativa, Ofício nº 3859/2024/SEFIN-GEAR - Conciliação bancária referente abril/2024 (1567807), Ofício nº 1791/2024/COGES-CCB (ID 1567814); Demonstrativo de Distribuição de Arrecadação (ID 1567815); e Declaração de Contas Bancárias Conciliadas (1567816).
- b) Revisão analítica da arrecadação das receitas classificadas na Fonte de Recursos do Tesouro;
- c) Cálculo do valor dos repasses duodecimais baseado nas informações apresentadas;
- d) Verificação da Declaração da Diretoria Central de Contabilidade da realização de procedimentos técnicos contábeis sobre a movimentação financeira das contas correntes e sua escrituração contábil, nos dois níveis de controle, pela Contadora Seccional lotada na Gerência de Arrecadação – GEAR/SEFIN-RO, e pela Diretoria Central de Contabilidade, que efetuou a conciliação central, por meio da Contadoria Central de Conciliação Bancária, correspondendo à conferência dos saldos contábeis dos estoques de disponibilidades financeiras em confronto com os saldos demonstrados nos extratos bancários das contas correntes relacionadas, contemplando a correta evidenciação qualitativa e quantitativa em relatório próprio das possíveis diferenças entre eles. (Documento PCE n. 2632/24).

⁴ ID's: 1567807, 1567808 e 1567878.

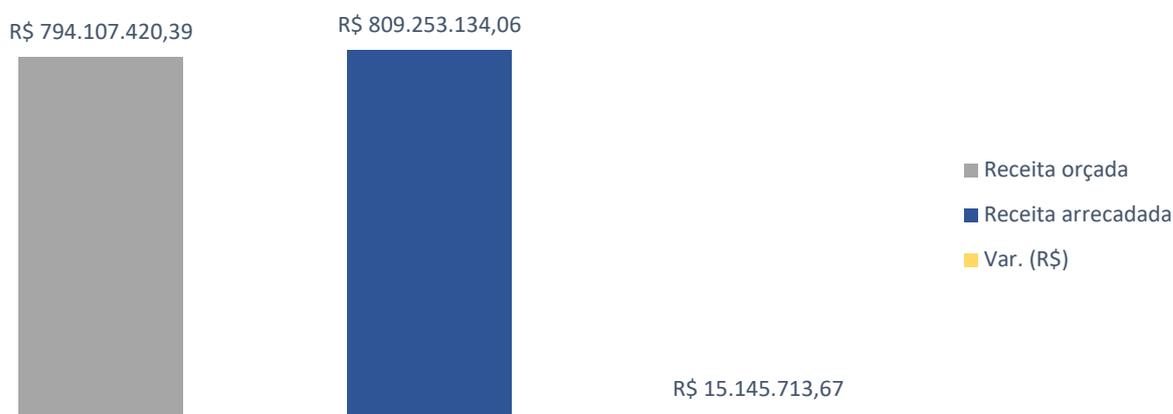
⁵ ID's: 1567814, 1567815, 1567816 e 1567817.

16. Destaca-se que os dados apresentados foram extraídos do Demonstrativo da Arrecadação da Receita por fonte de Recurso, que compõe a documentação protocolada pela Secretaria de Finanças do Estado acerca da composição do resultado mensal, avaliados por meio de Revisão Analítica do Demonstrativo da Arrecadação de Recursos Ordinários e não vinculados⁶.

2.1 Demonstrativo da arrecadação de recursos não vinculados

17. No mês de abril de 2024 a arrecadação estadual nas fontes de recursos ordinários e não vinculados foi de R\$ 809.253.134,06, superior, portanto à previsão orçamentária de R\$ 794.107.420,39, para o mês, o que representa uma variação percentual de 1,91% acima do previsto, conforme demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1: Demonstração gráfica da receita orçada e arrecadada



Fonte: Dados do Demonstrativo da Arrecadação da Receita, documento n. PCe n. 02633/24 – ID 1567815.

18. As principais fontes que compõem a receita arrecadada dos recursos ordinários e não vinculados estão demonstradas na tabela 1.

Tabela 1: Principais receitas de recursos ordinários e não vinculados - Arrecadação de abril/2024

Descrição	Previsão Inicial (LOA 2024/Sazonalidade = 7,61%)	Arrecadação ABR/2024	Var. (R\$)	Partc. sobre o total
Receita Tributária	440.978.196,11	461.089.740,84	20.111.544,73	56,98%
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00%
Receita Patrimonial	25.181.086,89	14.034.316,52	-11.146.770,37	1,73%
Transferências Correntes	320.589.468,29	320.393.217,25	-196.251,04	39,59%
Outras Receitas Correntes	7.358.669,09	13.735.859,45	6.377.190,36	1,70%
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
RECEITA LÍQUIDA	794.107.420,39	809.253.134,06	15.145.713,67	100,00%

Fonte: Demonstrativo da Arrecadação por Fonte de Recursos - Anexo I, IN 48/2016, documento n. PCe n. 02633/24 – ID 1567815.

⁶ O procedimento de revisão analítica consiste na avaliação de informações financeiras por meio da análise de relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Também engloba a necessária investigação de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações pertinentes, ou que diferem dos valores esperados de forma significativa.

19. Conforme demonstrado na tabela 1, as fontes de receitas que mais contribuíram para o resultado do período foram as Receitas Tributárias com o percentual de 56,98%, seguida pelas Transferências Correntes que apresentaram um percentual de participação na arrecadação total de 39,59%.

20. De forma que, o maior desempenho da arrecadação foi oriundo dos Impostos de sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) representando 50,39% acima do montante orçado, enquanto do principal tributo arrecadado pelo estado, que é o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), foi positivo em 2,00%, ou seja, acima do orçamento previsto, conforme demonstra a tabela 2.

Tabela 2: Desempenho da Arrecadação das Principais Fontes de Recursos Ordinários e não Vinculados

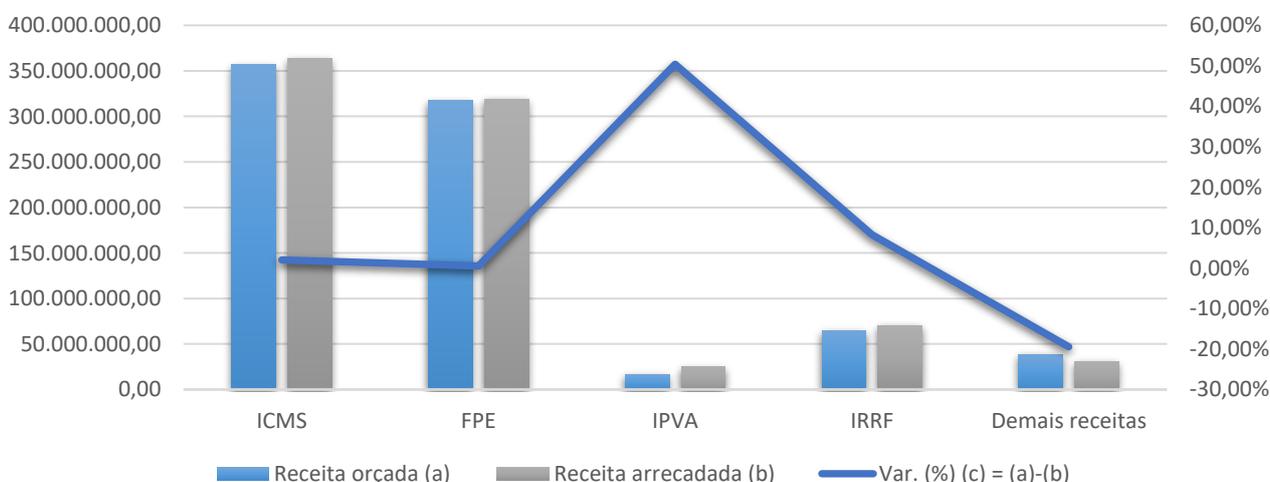
Fontes de Recursos	Receita orçada (a)	Receita arrecadada (b)	Var. (%) (c) = (a)-(b)	Var. (R\$) (d) = (a)-(b)	Partc. sobre o total das receitas (e)
ICMS	356.942.395,72	364.083.092,39	2,00%	7.140.696,67	44,99%
FPE	317.256.213,31	318.993.019,79	0,55%	1.736.806,48	39,42%
IPVA	16.575.607,20	24.927.984,37	50,39%	8.352.377,17	3,08%
IRRF	64.956.979,50	70.333.209,43	8,28%	5.376.229,93	8,69%
Demais receitas	38.376.224,66	30.915.828,08	-19,44%	-7.460.396,58	3,82%
(=) Receita Líquida	794.107.420,39	809.253.134,06	1,91%	15.145.713,67	100,00%

Fonte: Demonstrativo da Arrecadação por Fonte de Recursos - Anexo I, IN 48/2016, documento PCe n. 02633/24 – ID 1567815.

21. Assim, é possível observar que a transferência do FPE foi de 39,42%, enquanto a receita de ICMS contribuiu em 44,99% do montante arrecadado, tratando-se, portanto, das principais fontes de receita do Estado.

22. A visualização gráfica do comparativo entre a receita orçada e a arrecadada, bem como a respectiva variação está demonstrada a seguir:

Gráfico 2: Principais receitas de recursos ordinários



Fonte: Demonstrativo da Arrecadação por Fonte de Recursos - Anexo I, IN 48/2016, documento PCe n. 02633/24 – ID 1567815.

23. Em relação ao desempenho da arrecadação, comparando o montante acumulado em relação ao exercício anterior, verifica-se que a variação nominal em relação ao período anterior foi de 15,27%, entretanto a variação real foi 11,17%, considerando o percentual acumulado do IPCA dos últimos 12 meses⁷ de 3,69%⁸, conforme se verifica na tabela 3.

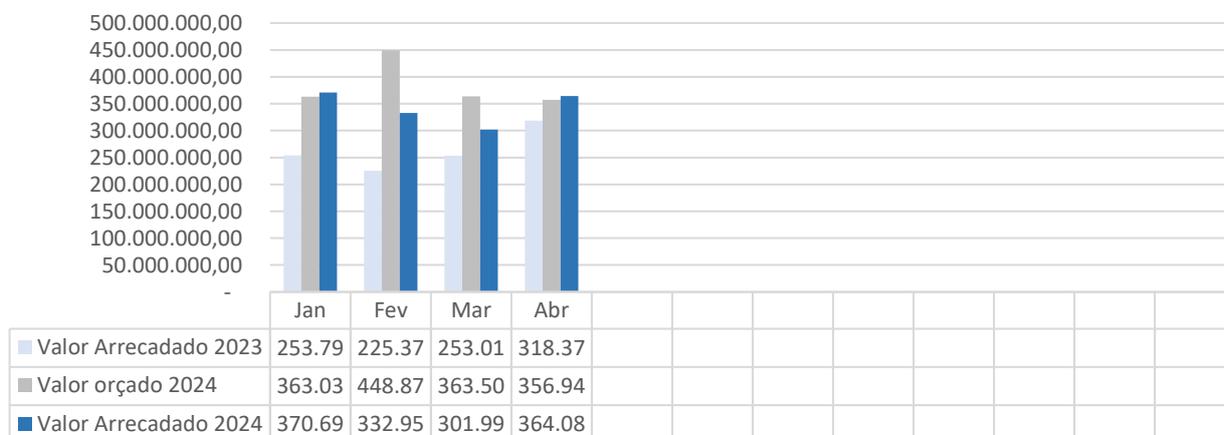
Tabela 3: Variação da receita – comparação entre o valor arrecadado – até abril de 2024 versus 2023

Mês	Arrecadado 2023 (b)	Arrecadado 2024 (b)	Diferença	% Variação Nominal	
				2024/2023	
				Mensal	
Janeiro	667.522.133	832.463.675	164.941.542	24,71%	
Fevereiro	793.119.314	934.154.307	141.034.993	17,78%	
Março	655.076.223	717.722.504	62.646.282	9,56%	
Abril	741.588.078	809.253.134	67.665.056	9,12%	
Total	2.857.305.749	3.293.593.620	436.287.872	15,27%	
IPCA 12 meses Acumulado conforme consulta ao portal do IBGE				3,69%	
Variação % Real (deflacionada pelo IPCA)				11,17%	

Fonte: Diverport Demonstrativo da Arrecadação da Receita por Fonte de Recurso – Instrução Normativa IN. 48/2016/TCE-RO; IBGE;

24. De acordo com os dados demonstrados, a receita tributária relativa ao ICMS é uma das receitas mais representativas do estado de Rondônia. O gráfico 03 mostra a variação entre a receita orçada e a arrecadada relativa ao ICMS até o mês de abril de 2024

Gráfico 3: Comparativo ICMS em relação ao orçado - janeiro a abril de 2024 – em milhões



Fonte: Demonstrativo da Arrecadação por Fonte de Recursos Anexo I, IN 48/2016, documento PCe n. 02633/24 – ID 1567815.

25. Comparando a variação receita do ICMS em relação ao mesmo período (abril) do exercício anterior, verificou-se que houve uma variação positiva, em termos nominais, de 30,38%, quanto ao acumulado no exercício, em termos reais, o percentual foi positivo em 25,74%:

Tabela 4: ICMS - Variação com relação ao mesmo período do ano anterior

Mês	Valor Arrecadado 2023	Valor orçado 2024	Valor Arrecadado 2024	Variação % Orçado vs Arrecadado	Variação % 24/23
Jan	253.791.706,30	363.039.966,22	370.694.135,46	2%	46,06%
Fev	225.377.709,63	448.874.996,99	332.956.190,31	-26%	47,73%

⁷ <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>

⁸ IPCA acumulado de 12 meses (dados de março de 2024) divulgado em 10.04.2024 pelo IBGE.

Mar	253.019.364,90	363.509.010,10	301.995.361,25	-17%	19,36%
Abr	318.372.173,65	356.942.395,72	364.083.092,39	2%	14,36%
Acumulado	1.050.560.954,48	1.532.366.369,03	1.369.728.779,41	-10,61%	30,38%
IPCA 12 meses Acumulado conforme consulta ao portal do IBGE					3,69%
Variação % Real (deflacionada pelo IPCA)					25,74%

Fonte: Demonstrativo da Arrecadação da Receita por Fonte de Recurso IN. 48/2016/TCE-RO e Processos da Receita 2023 e 2024.

26. Referente ao FPE, acumulado de 2024, verificou-se que houve uma variação real de 2,63%, no comparativo com o mesmo período do exercício anterior:

Tabela 5: FPE Variação com relação ao mesmo período do ano anterior

Mês	Valor Arrecadado 2023	Valor orçado 2024	Valor Arrecadado 2024	Variação % Orçado vs Arrecadado	% 24/23
Jan	328.844.546,31	322.675.833,24	359.199.821,37	11%	9,23%
Fev	459.482.163,32	398.967.406,22	487.114.653,29	22%	6,01%
Mar	275.209.704,47	323.092.727,09	304.057.474,48	-6%	10,48%
Abr	317.287.944,21	317.256.213,31	318.993.019,79	1%	0,54%
Acumulado	1.380.824.358,31	1.361.992.179,85	1.469.364.968,93	7,88%	6,41%
IPCA 12 meses Acumulado conforme consulta ao portal do IBGE					3,69%
Variação % Real (deflacionada pelo IPCA)					2,63%

Fonte: Demonstrativo da Arrecadação da Receita por Fonte de Recurso IN. 48/2016/TCE-RO e Processos da Receita 2023 e 2024.

27. Em relação ao IPVA em comparação com o exercício anterior (2023), foi apresentada variação real de -2,10% no acumulado de 2024, embora tenha tido uma variação de 50% positiva em relação ao valor orçado para o mês de abril/24, conforme está demonstrado na tabela 6:

Tabela 6: IPVA - Variação com relação ao mesmo período do ano anterior

Mês	Valor Arrecadado 2023	Valor orçado 2024	Valor Arrecadado 2024	Variação % Orçado vs Arrecadado	% 24/23
Jan	27.461.561,91	16.858.764,75	31.109.592,30	85%	13,28%
Fev	21.720.336,60	20.844.751,76	20.021.008,96	-4%	-7,82%
Mar	28.521.242,58	16.880.546,10	26.255.336,73	56%	-7,94%
Abr	23.088.852,17	16.575.607,20	24.927.984,37	50%	7,97%
Acumulado	100.791.993,26	71.159.669,80	102.313.922,36	43,78%	1,51%
IPCA 12 meses Acumulado conforme consulta ao portal do IBGE					3,69%
Variação % Real (deflacionada pelo IPCA)					-2,10%

Fonte: Demonstrativo da Arrecadação da Receita por Fonte de Recurso IN. 48/2016/TCE-RO e Processos da Receita 2023 e 2024.

28. A arrecadação acumulada do IRRF de 2024, comparada com o mesmo período de 2023, apresentou a variação real de 10,01%:

Tabela 7: IRRF Variação com relação ao mesmo período do ano anterior

Mês	Valor Arrecadado 2023	Valor orçado 2024	Valor Arrecadado 2024	Variação % Orçado vs Arrecadado	% 24/23
Jan	30.739.165,79	66.066.625,67	49.651.379,23	-25%	61,52%
Fev	62.938.605,79	81.687.029,41	74.207.486,59	-9%	17,90%
Mar	65.786.836,39	66.151.983,06	60.808.675,08	-8%	-7,57%
Abr	64.074.824,98	64.956.979,50	70.333.209,43	8%	9,77%
Acumulado	223.539.432,95	278.862.617,64	255.000.750,33	-8,56%	14,07%
IPCA 12 meses Acumulado conforme consulta ao portal do IBGE					3,69%

Fonte: Demonstrativo da Arrecadação da Receita por Fonte de Recurso IN. 48/2016/TCE-RO e Processos da Receita 2023 e 2024.

29. No comparativo em relação ao exercício anterior (2023), o mês de abril de 2024 foi superior na arrecadação das principais fontes de recursos ordinários e não vinculados.

2.2 Apuração dos Repasses Financeiros aos Poderes e Órgãos autônomos

30. Nesta seção, serão indicados os valores dos repasses financeiros constitucionais a serem efetuados pelo Poder Executivo aos demais Poderes e Órgãos Autônomos, em conformidade com os coeficientes de repartição e metodologia de cálculo definida no artigo 7º, §2º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº. 5.584, de 31 de julho de 2023).

31. Dessa forma, aplicando-se os coeficientes de participação na base de cálculo, teremos os valores correspondentes a cada instituição, expressos na tabela seguinte, em harmonia com a metodologia estampada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como dos valores apresentados pela SEFIN, conforme tabela 8:

Tabela 8: Apuração dos Valores dos Repasses Duodecimais

Poder/Órgão Autônomo	Coeficiente	Duodécimo
	(a)	(b) = (a) x (Base de Cálculo)
Assembleia Legislativa	4,77%	38.601.374,49
Poder Judiciário	11,29%	91.364.678,84
Ministério Público	4,98%	40.300.806,08
Tribunal de Contas	2,54%	20.555.029,61
Defensoria Pública	1,47%	11.896.021,07
Poder Executivo	74,95%	606.535.223,98
Soma	-	809.253.134,06

Fonte: Elaborado pela Unidade Técnica com base nas informações apresentadas pela Contabilidade Geral do Estado-COGES e Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN.

3. CONCLUSÃO

32. Com objetivo de apurar o montante dos repasses duodecimais, com base na arrecadação do mês de abril de 2024, a serem efetuados até o dia 20 de maio de 2024, e, visando obter confiabilidade sobre a informação apresentada pela Contabilidade Geral do Estado, foram executados procedimentos de asseguarção limitada que buscaram reduzir o risco de distorção a um nível considerado aceitável para o propósito deste trabalho.

33. Com base nos procedimentos aplicados, não se identificou nenhum fato que leve a acreditar que a referida demonstração contábil não esteja adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos de recursos relativos à arrecadação de recursos ordinários, de acordo com os critérios estabelecidos na Lei Federal n. 4.320/64 e pela lei orçamentária vigente (LDO e LOA).

34. Dessa maneira, apurou-se os valores dos repasses duodecimais a serem efetuados até o dia 20 de maio de 2024 pelo Poder Executivo aos demais Poderes e Órgãos Autônomos, com base nas informações sobre a arrecadação apresentadas pela COGES.

4. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

35. Por todo o exposto, submetemos os presentes autos ao conselheiro relator, sugerindo a adoção das seguintes providências:

4.1 DETERMINAR ao Poder Executivo, com efeito imediato, com fundamento no art. 7º, §2º da Lei 5.584/23, que repasse, aos Poderes e aos Órgãos Autônomos, o duodécimo do mês de maio de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Poder/Órgão Autônomo	Valor a ser repassado (R\$)
Assembleia Legislativa	38.601.374,49
Poder Judiciário	91.364.678,84
Ministério Público	40.300.806,08
Tribunal de Contas	20.555.029,61
Defensoria Pública	11.896.021,07

4.2 DETERMINAR à SEFIN que, imediatamente após o cumprimento da decisão, encaminhe os comprovantes de repasses financeiros efetuados para fins de verificação do cumprimento da determinação.

Porto Velho-RO, 10 de maio de 2024.

(Assinado eletronicamente)

Maria Clarice Alves da Costa

Técnico de Controle Externo - Matrícula n. 455

Supervisão:

(Assinado eletronicamente)

Gislene Rodrigues Menezes

Auditor de Controle Externo - Matrícula n. 486

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA



Coordenadoria Especializada em Finanças do Estado
Av. Presidente Dutra, nº 4229, Anexo III, Bairro Olaria
Porto Velho - Rondônia - CEP: 76801-327
www.tce.ro.gov.br



Em, 10 de Maio de 2024



MARIA CLARICE ALVES DA COSTA
Mat. 455
TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Em, 10 de Maio de 2024



GISLENE RODRIGUES MENEZES
Mat. 486
COORDENADOR